

Processos de objetificação da cultura em Timor-Leste: Aproximações

Kelly Silva
Universidade de Brasília

Daniel Borges
Université Paris Nanterre

Esse dossiê tem como objetivo reunir produções de diferentes áreas de estudo focadas na análise de processos de objetificação da cultura em Timor-Leste. No espaço dessa introdução, compartilhamos com o/a leitor/a características básicas comuns aos fenômenos de objetificação. Ao mesmo tempo, apresentamos os artigos que compõem esse dossiê de modo a indicar como, em cada um deles, a objetificação da cultura se impõe por meio de múltiplas mediações.

Nosso objetivo não é empreender uma revisão teórica das diversas abordagens possíveis ao fenômeno da objetificação, tampouco propor novas definições. Como evidencia a diversidade de terminologias e de enquadramentos dos artigos aqui reunidos, não se pretende classificar os autores ou seus referenciais teóricos, pois seus textos não apresentam alinhamentos unívocos. Entretanto, é possível reconhecer linhas de força presentes entre eles as quais respondem a certas características comuns aos processos de objetificação, que destacamos a seguir.

A introdução segue estruturada da seguinte forma: em um primeiro momento, apresentamos ansiedades epistemológicas que levaram à elaboração da categoria cultura, ela mesma exemplar do processo de objetificação. A própria noção de cultura é, já em si, uma abstração e uma substantivação cunhada pela antropologia para estabilizar e tornar tangíveis modos de vida vistos como alternativos àqueles hegemônicos nas sociedades de origem dos antropólogos (Wagner, 1971). A seguir, esforçamo-nos para compartilhar com o/a leitor/a os modos como compreendemos objetificação, contraobjetificação e fetichização. Na segunda seção, qualificamos alguns agentes e dispositivos objetificadores. Abordamos também silenciamentos e continuidades empreendidos nesses fenômenos, a partir dos artigos que compõem o dossiê, e as ideologias linguísticas que participam destes movimentos, quando for o caso. Por fim, na conclusão, além de sintetizar argumentos centrais explorados no texto, lembramos ao leitor como a identificação dos fenômenos enquanto objeto é quase sempre muito fugaz. A apresentação dos textos que compõem o dossiê é realizada ao longo do desenvolvimento destes argumentos.

Objetificação da cultura e cultura como objetificação: fenômenos interdisciplinares

Ansiedades epistemológicas voltadas à compreensão da ontologia de artefatos manejados como sujeitos e objetos, a um só tempo, tiveram papel fundante na institucionalização da antropologia enquanto campo disciplinar. Parte importante de obras como *O Ensaio sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss (2003 [1925]) e *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski (2018 [1922]), exploram os modos particulares como populações da Oceania se relacionam com artefatos que são tratados como sujeitos porque são considerados entes providos de agência, vontade e poder. Junto a isso, nesses mesmos contextos geográficos e históricos, formas heterodoxas de troca, como aquelas realizadas por meio do *bridewealth*¹, narradas por missionários e agentes coloniais, desafiavam bases essenciais do sistema classificatório de origem euro-americana, assentes na oposição e incomensurabilidade das categorias de pessoas e coisas.

A fim de dar um sentido coerente e racional a essas e muitas outras formas de imaginar e organizar relações e associações entre agentes ontológicos diversos, desenvolvimentos teóricos no campo das ciências sociais e, a seguir, da antropologia, levaram à elaboração do conceito de cultura. Em que pese suas transformações de sentido ao longo de sua vida social (Kuper, 2002), cultura evoca a ideia de que a vida coletiva está alicerçada no compartilhamento de pressupostos simbólicos (cosmologias) e modos de organizar, produzir e reproduzir relações, pessoas e coisas, inclusive o mundo material, com vistas a fins particulares, que se transformam ao longo do tempo como produto de disputas políticas internas e externas a determinada coletividade. Nesse contexto, há de se notar que, em suas primeiras acepções, a noção de cultura se estabilizou em diálogo com noções como *usos e costumes*, *custom*, *adat*, entre outros, que eram categorias de governo coloniais cunhadas para governar e dar sentido a populações colonizadas. Neste dossiê, o texto de Sousa demonstra claramente como a cultura é, ela mesma, uma objetificação, muitas vezes produzida por práticas de governo coloniais, como Said (2011) ensinou há muito tempo.

Assim, em alguma medida, cultura foi e ainda é uma categoria cunhada para tornar tangível e sistemática a apreensão, análise, contemplação (enfim, práticas de conhecimento) de dinâmicas de produção e reprodução de coletivos cujas cosmologias, vida material, entre outros fenômenos, divergem de modelos e projetos de origem euro-ocidentais (Wagner, 1971; Bhabha, 1998). A proposição de que exista uma cultura, anterior e acima do fluxo da experiência social, passível de ser apreendida e sistematizada, que se superpõe aos indivíduos e coletivos, ordenando e

1 Silva (2016: 137) qualifica nos seguintes termos a noção de *bridewelth* e trocas matrimoniais: “De um ponto de vista antropológico, as trocas matrimoniais realizadas como *bridewealth* (por oposição ao dote) consistem do intercâmbio de dádivas entre tomadores e doadores de mulheres, a fim de selar relações de aliança e direitos sobre pessoas. Tais alianças implicam uma série de obrigações recíprocas. O número e o tipo de bens que compõem o *bridewealth* diferem em razão das posições sociais dos sujeitos, individuais e coletivos, envolvidos na troca.”

condicionando suas trajetórias, é, em si mesmo, um ato de objetificação que responde a ansiedades epistemológicas e políticas. Não por acaso, nas últimas décadas esta categoria tem sido objeto de várias críticas na antropologia e fora dela (Bhabha 1998; Abu-Lughod, 2018; entre outros). Ao mesmo tempo, parece-nos necessário reconhecer que um grau mínimo de objetificação, que Keane (2008) denomina objetificação positiva, é condição para certas dinâmicas de produção de conhecimento.

A expansão colonial e as práticas de missionação concomitantes ao período de desenvolvimento e institucionalização da antropologia, nas primeiras décadas do século XX, impulsionaram também a coleta e organização de artefatos elaborados por populações em diferentes partes do mundo. Tal fato induziu vários questionamentos a respeito do que veio a ser denominado cultura material. De fato, Tilley (2006: 2) inscreve o surgimento dos estudos de cultura material nas práticas de coleta e classificação de artefatos. Segundo ele, os modos como pessoas fazem coisas e coisas fazem pessoas e relações passaram a ser então objeto central de reflexão em diferentes campos profissionais (seculares e religiosos) perdendo parte de sua força somente na década de 1960.

Ainda segundo Tilley (2006: 2), a “virada simbólica” na antropologia, na década de 1980, conduziu a uma recuperação de estudos de cultura material em importantes disciplinas, desenvolvendo preocupações concernentes à arte, literatura, linguística, arquitetura e, de forma mais abrangente, aos usos sociais dos objetos e da tecnologia. Essa reemergência possibilitou a retomada do abrangente campo de estudos de cultura material, no qual a problemática da objetificação, em uma de suas acepções, ocupa lugar central. Tilley esclarece que a profunda transformação que os estudos de cultura material vêm sofrendo desde meados dos anos de 1980 têm os têm atualmente colocado entre as áreas mais abrangentes das ciências humanas e sociais contemporâneas.

A teoria do ator-rede, formulada por Bruno Latour (2009) e outros é exemplar desse movimento. Ela reforça a agência (a capacidade de agir no mundo) de objetos e de uma miríade de atores não-humanos. Em certa medida, os preceitos epistemológicos e metodológicos da teoria do ator-rede propõem uma desobjetificação de muitos fenômenos em razão do modo como atuam como mediadores fundamentais na produção do mundo em que vivemos. Dessa perspectiva, as práticas de consumo de mercadorias ganham renovado interesse nas ciências sociais, figurando como janela cognitiva para melhor compreensão de como as coisas fazem as pessoas e os mundos nos quais elas interagem (Leitão e Pinheiro-Machado, 2010: 241).

Tilley (2006) ressalta ainda que, embora questões sobre materialidade permeiem uma vasta gama de disciplinas nas ciências sociais e humanas, nenhuma disciplina acadêmica consegue unificar as várias abordagens da cultura material, nem dar a esse campo de estudos uma identidade

institucional. Isso se traduz em uma inerente interdisciplinaridade dos estudos de cultura material e do uso do conceito de objetificação.

Objetificação, contraobjetificação e fetichização

Entendemos por objetificação os modos pelos quais se dá a produção de objetos, aqui compreendidos como entidades ontológicas particulares. Inspiradas por Strathern (1984), Silva e Ferreira (2016) descrevem este fenômeno nos seguintes termos:

[...] processos pelos quais determinados fenômenos são produzidos enquanto objetos, coisas, assim compreendidos desde o ponto de vista da ontologia ocidental hegemônica e desencantada (ao menos enquanto projeto explicitado). Certos fenômenos são considerados objetos por serem desprovidos de autoconsciência, agência e movimento próprio; são também considerados depositários passivos da ação humana (e não sujeitos dessas ações), sendo dissociados, do ponto de vista ontológico, delas. (Silva e Ferreira 2016: 45)

Inspirados por Keane (2007), parece-nos que a objetificação é produto de processos de dissociação, ou, nos termos de Latour (2009), purificação, compreendidos como “separação e imposição de fronteiras ontológicas e limites de poder exclusivos entre o que são tomados como experiências, seres e domínios diversos que compõem a vida social” (Silva, 2016). Certos fenômenos emergem enquanto objetos autônomos por serem subtraídos de todas as relações e mediações que lhes permitiram vir a existir. Ao se dissociarem destas relações tornam-se desencantados e alienáveis, no sentido amplo dos termos, e passam a figurar como depositários passivos da ação humana. Nesses contextos, há uma tendência a se considerar o objeto como subsistindo em si, como se sua elaboração não fosse produto de ações e relações em cadeia de humanos e não-humanos (inclusive do ambiente).

A radicalização dessa dissociação e sua conexão a interesses de poder diversos trazem o potencial do fetichismo, cuja base é o ocultamento e falseamento das relações de produção (o que Marx denomina ideologia) que permitiram plasmar os objetos, de modo a atribuir a eles qualidades e potenciais extrínsecos à sua história de produção.² Em que pese o fato de que grande parte das discussões das ciências sociais sobre o problema do fetiche tem sido inspirada por Marx em sua análise sobre o poder das mercadorias, Keane (2007: 27) propõe uma noção alargada de fetichização que nos parece mais útil para os fenômenos discutidos nesse dossiê. Com base em sua

2 A ideia de fetiche é importante para o conceito de objetificação e mostra a forte ligação entre o materialismo dialético e os estudos de cultura material. Miller (1998), em *Material Culture and Mass Consumption* explica que a genealogia da formação do conceito de objetificação pode ser traçada a partir da *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel (1807/2008), e pela posterior apropriação materialista que Marx fez da noção hegeliana. São muitos os teóricos que exploraram a discursividade dessas bases teóricas para pensar a relação entre coisas e pessoas.

pesquisa sobre ação missionária em Sumba³, ele demonstra que o adjetivo fetichista era manejado por missionários protestantes e outros agentes como uma categoria de acusação, cujo significado é: “the imputation to others of a false understanding of the divisions between human and nonhuman, subject and object, an error that threatens human agency. That is, the idea that others are fetishists is part of the work of purification”.

A partir das perspectivas acima expostas para compreender os fenômenos de objetificação e fetichização, podemos atribuir à problemática discutida por Indart, no [capítulo 4](#) deste dossiê, uma nova dimensão interpretativa – que não está posta em seu texto – passível de extensão a outros fenômenos em Timor-Leste e alhures. Partindo da análise de discursos a respeito do status da língua portuguesa em controvérsias a respeito de seu lugar na construção nacional – como língua oficial – Indart sugere que seus interlocutores percebem a língua enquanto *lulik*, categoria que é interpretada pela autora como sinônimo de sagrado. Os interlocutores da autora associam à língua portuguesa valores de ancestralidade, assim como o fazem com relação às suas linhagens de origem, ao culto aos ancestrais, às trocas matrimoniais etc. Por isso, demonstram enorme desconforto, sentindo-se ofendidos, quando confrontados com questões ou discursos que sugerem mudança no estatuto da língua portuguesa de modo que ela deixe de ser uma língua oficial. Indart identifica afinidades eletivas entre os seguintes adjetivos associados ao estatuto da língua portuguesa como língua oficial: indiscutível, inegável, sagrado, entre outros. Demandas pela mudança do estatuto da língua são abordadas como falsificações.

Interessa-nos aqui explorar o que está implicado nas demandas de que o estatuto da língua portuguesa é indiscutível porque é *lulik* ou sagrado. Ao justificar porque se sentem incomodados com discussões a respeito do estatuto da língua, os interlocutores de Indart indicam que não se discutem fenômenos *lulik* porque eles são legados dos ancestrais, a quem se deve respeito. Narram então a centralidade que a língua portuguesa teve na resistência à ocupação indonésia, levando à morte de muitas pessoas. A qualidade dos argumentos mobilizados pelos interlocutores de Indart parece indicar que o que está em jogo em suas racionalidades é uma demanda de não-dissociação da língua portuguesa das relações, processos e fenômenos que permitiram a ela ser alçada à condição de língua oficial da RDTL. Em outros termos, o que pode estar em jogo em suas demandas é um argumento de contraobjetificação da língua. Seu estatuto contemporâneo em Timor-Leste não pode ser pensado fora dos contextos de sofrimento e ancestralidade em marcam sua biografia neste país. Quiçá novas pesquisas em contextos leste-timorenses e alhures possam explorar esta hipótese interpretativa.

3 Sumba (em indonésio: Pulau Sumba) é uma ilha pertencente à província de Nusa Tenggara Oriental, na Indonésia. É a sexta maior das Pequenas Ilhas da Sonda.

Keane mostra que a fetichização também é uma forma precisa de descrever a objetificação de pessoas, por meio do ocultamento das relações que as permitem existir e a partir das quais elas se situam no mundo. A transformação de pessoas em escravos, assim qualificados por serem obrigados a se dissociarem do universo de relações familiares que os trouxeram à existência, é exemplar desse mecanismo (Benveniste, 1995). O direito de usufruto de seus corpos se iguala ao usufruto de objetos, porque eles são desvinculados de relações prévias que lhes davam identificação.

Teresa Cunha, no artigo “Timor-Leste, a guerra e as memórias delas” ([capítulo 8](#) neste dossiê), analisa como as estratégias de guerra fazem uso das diferenças de gênero, deslocando o *front* de batalha para o espaço doméstico, onde as mulheres costumam permanecer. Nesse deslocamento, “as mulheres são alvos, troféus, soldados ou obrigadas a funcionar como instrumentos de guerra”, constituindo um claro exemplo de objetificação feminina. Conforme a autora mostra, a objetificação feminina não cessa após a independência de Timor-Leste, e continua a ser perpetuada nas narrativas sobre a guerra.

Em outra direção, Keane (2008: 313) propõe pensarmos a produção de objetos como característica importante da vida coletiva. Segundo esse ponto de vista, humanos se autorrealizam através de sua habilidade de transformar e produzir o ambiente, do qual os objetos podem fazer parte. O autor enfatiza um aspecto recorrente dos estudos sobre objetificação, que é a relação na qual seres humanos e objetos constroem-se mutuamente. Entretanto, Keane (1997) observa que é preciso tomar cuidado para não confundir a objetificação com a ideia de representação coletiva, segundo a qual classes de coisas pré-existem a grupos sociais. Segundo Tilley (2006: 61), formas materiais não são simplesmente espelhos que pré-existem a distinções sociais ou a sistemas simbólicos. Em vez disso, a cultura material, tal como é compreendida atualmente, é constitutiva dos meios pelos quais o mundo é compreendido e produzido. Tilley explica que:

Os significados e a significância de coisas para as pessoas são parte e uma parcela de suas vidas. Para usar uma descrição fenomenológica desse processo: nós tocamos as coisas e as coisas nos tocam simultaneamente. A relação é recíproca. Sujeito e objeto são ambos o mesmo, ainda que diferentes. A relação ontológica entre os dois incorpora essa contradição ou ambiguidade: mesmo e diferente, constituído e constituinte. Identidade pessoal, social e cultural é incorporada em nossas pessoas e objetificada em nossas coisas. Através das coisas nós podemos entender nós mesmos e os outros.⁴ (Tilley, 2006: 61)

A perspectiva de estudo da cultura material como constituinte da cultura só se sistematizou graças à liberação da chamada visão mimética (Miller, 1987). Para a maior parte dos estudos em cultura material contemporâneos, as formas materiais são meios de produção, expressão e

4 Tradução nossa.

transformação de estruturas sociais e sistemas simbólicos, à semelhança do modo como são concebidas as tecnologias no fluxo das experiências coletivas (Sautchuk, 2018).

É importante salientar que a objetificação não se reduz apenas a objetos na qualidade de artefatos tangíveis. A língua e seus constructos, como a produção literária, também podem ser pensados como matéria de objetificação. Através do estudo da objetificação da língua é possível compreender como a língua funciona e, ao mesmo tempo, como nossas consciências se conformam por meio da relação com ela e seus contextos e formas de uso, tendo em conta também as ideologias que lhes são associadas.

O artigo “A Interação Intercultural em Timor-Leste: aspectos linguísticos e ecológicos”, de Albuquerque ([capítulo 3](#)), demonstra, entre outras coisas, o modo como alunos timorenses objetificam e dão significado às suas línguas maternas em interação com falantes de línguas oficializadas, como o tétum, o português e o inglês. Os alunos acompanhados por Albuquerque têm plena consciência do lugar ocupado por cada língua nas interações sociais, bem como do prestígio ligado ao uso de cada uma delas em situações precisas. A perspectiva sociolinguística, de visada ecológica, que considera a relação entre os falantes e dos falantes com o seu meio e que aborda a língua como matéria em contínua transformação, mostra-se extremamente útil para demonstração deste argumento.

Agentes objetificadores, dispositivos de objetificação

Se a objetificação é um processo – nada e ninguém nascem necessariamente com o estatuto de coisas – é importante nos perguntarmos pelos meios pelos quais determinados fenômenos tornam-se objetos. Impõe-se então em nossos horizontes investigar quais são os dispositivos e agentes que promovem a objetificação. O artigo de Silveira neste dossiê ([capítulo 1](#)) retoma os modos como Foucault compreende a noção de dispositivo, a qual nos parece profícua para reconhecermos os suportes que promovem objetificação. Assim, entendemos dispositivos nos seguintes termos:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos... [e entre estes] existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, [cuja finalidade] é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (Foucault, 1997: 244 *apud* Silveira, neste dossiê)

Do encontro entre esta noção de dispositivo e os textos que integram esse dossiê, é possível identificar vários agentes objetificadores atuando em Timor-Leste. O primeiro e talvez mais estruturante deles se refere às ansiedades e discursos de construção nacional que buscam representar Timor-Leste como um espaço sociocultural e político particular por ser portador de experiências apresentadas como exclusivas. Em resposta a esta ansiedade, artefatos cuja amplitude semiótica era antes restrita ao domínio de grupos de origem ou ao espaço de aldeias ou *sukus* específicos são agora explorados como significantes de alcance nacional. Exemplar deste fenômeno são os re-enquadramentos e apropriações a que o *tais* têm sido sujeito no país desde a restauração da independência, tal como demonstram Silva e Ferreira (2016).

Silva e Ferreira (2016: 57) sugerem que dispositivos como exposições museológicas, livros, catálogos, fotografias e processos de classificação têm sido suportes fundamentais para objetificação do *tais* e ampliação de seu potencial semiótico, de modo a inscrevê-lo em uma matriz nacional. Estes dispositivos são produzidos e manejados por agentes múltiplos: organizações não-governamentais locais e internacionais, o Estado leste-timorense, acadêmicos e pesquisadores, consultores, especialistas, museólogos, fotógrafos, editoras, universidades, instituições de fomento à pesquisa, entre outros.

Tendo em conta os conteúdos explorados neste dossiê, ququais dispositivos e agentes de objetificação eles nos permitem ver em ação? Vários, parece-nos. Discursos e documentos das administrações coloniais, etnografias missionárias, livros didáticos, de literatura e de arte, narrativas de memória, entrevistas, produção de conhecimento científico figuram ao longo dos diferentes artigos como suportes de objetificação. Em termos de agentes, as elites transnacionais e locais parecem figurar como protagonistas dos processos de objetificação, além de todos os atores reconhecidos por Silva e Ferreira (2016).

Mas, como Cunha ([capítulo 8](#)) nos mostra, nem tudo é passível de narração, de ser traduzido em discurso falado. Há dimensões da experiência que são inenarráveis. Será este fenômeno também uma demanda de contraobjetificação, nos termos que propomos para o texto de Indart? De todo modo, essas tensões colocam em pauta os limites entre a ideia de objetivação e objetificação a qual, infelizmente, não podemos discutir nesta introdução.

Silenciamentos, continuidades

Se atualmente em Timor-Leste a mediação de atores de governança é responsável por boa parte da objetificação de produtos locais, esse fenômeno não é novo e merece ser considerado em profundidade, como mostra o artigo “O bazar colonial no Timor Português: a submissão dos

'comerciantes selvagens'", de Sousa ([capítulo 9](#)). Segundo o autor, o desvio de produtos locais para um mercado capitalista – portanto, suas transformações em mercadorias – faz-se presente em Timor-Leste desde os tempos coloniais. O artigo de Sousa coloca em evidência a administração colonial portuguesa como agente objetificador que, no início do século XX, se apropria de e subverte redes econômicas leste-timorenses para vigiar e controlar populações e impulsionar a entrada de produtos regionais no mercado mais abrangente, de forma a atender a lógica de mercado global. Se considerarmos que o regime de mercadoria é regido pelo capitalismo mundial, o governo colonial tentava estabelecer o controle sobre a circulação de alimentos e artefatos, e o estudo do bazar colonial mostra as forças implicadas nessa transformação. Em outro artigo do mesmo autor (Silva e Sousa, 2015), podemos ver como processos de objetificação foram condição para a invenção de um campo artístico em Timor-Leste.

Por meio dessas reflexões, é possível levantar a questão de como o espaço é mediado pelo movimento das coisas dentro dele. Como mostra Sousa, no [capítulo 9](#),

O bazar diário é social e economicamente restrito aos moradores da povoação, enquanto que o bazar semanal é um polo regional multicultural, com a participação de diferentes grupos etnolinguísticos regionais, vindos de aldeias próximas ou de outras regiões, depois de percorridas, por vezes, longas distâncias.

No texto "Timor-Leste, a guerra e as memórias delas" ([capítulo 8](#)), Cunha aponta para uma forma específica de objetificação feminina, vinda da escrita da história das violências sofridas pelas mulheres durante as diversas guerras que devastaram o país no século XX. A autora mostra como, mesmo no Timor-Leste pós-colonial, ainda são mantidos mecanismos de desqualificação ontológica e sociológica das mulheres. Um exemplo é o nacionalismo viril e narcisista dominante que a independência política tem inscrito na memória coletiva do país. O texto de Cunha aponta para a escrita da história feita no momento atual, que enfatiza apenas as "mitologias dos guerreiros", fundadas sobre o postulado de que para sofrer e experimentar a guerra é preciso *ir à guerra*. Em um esforço de descentramento, a autora mostra como a narração dos sofrimentos das mulheres se transfigura num valor político e abre espaço a outras memórias e a outros termos, diferentes do modo com que elas figuram nas grandes narrativas nacionais.

Durand, no texto "*Autorité royale et pouvoir féminin traditionnels dans l'île de Timor*" ([capítulo 10](#)) mostra que a presença de mulheres no comando de reinos em Timor-Leste era bastante comum em meados do século XVII e durante o século XIX. O autor mostra ainda que, durante certos anos, um quarto das posições de poder seculares era ocupada por rainhas. A questão central de Durand é de saber se se trata de um fenômeno local ou induzido pela presença europeia, e se a aparente ausência de rainhas fora desses períodos seria o resultado de ciclos ou da ausência de

informações adequadas, nos registros coloniais, para períodos anteriores ou posteriores aos analisados por ele neste artigo.

Como demonstra o autor, a existência de rainhas em Timor-Leste foi praticamente esquecida no decorrer do século XX. Assim, do ponto de vista da objetificação, seu estudo vai na mesma direção do estudo de Cunha, no sentido em que mostra o silenciamento sistemático da agência feminina no discurso historiográfico. De outro lado, as entrelinhas desse artigo indicam como os arquivos e registros coloniais são meios fundamentais de objetificação.

Se a atenção aos silenciamentos quase sempre revela dimensões ocultadas dos fenômenos sociais, ela também traz o potencial de revelar os processos históricos implicados na construção de símbolos e objetos. Para o caso de Timor-Leste, o artigo “Literatura oral e identidade *maubere* na construção de discursos sobre a formação da nação timorense” ([capítulo 7](#)), de Paulino e Borges, explora a genealogia do termo *maubere* e os fenômenos que propiciaram sua consolidação como símbolo, sob liderança da *Fretlin* em diferentes momentos.

Segundo Tilley (2006), o estudo da dimensão da cultura material é tão fundamental para entender cultura quanto o estudo das representações o é para entender a literatura. O ensaio de Gonzales ([capítulo 5](#)), “Pensar rizomaticamente as relações literárias por Timor-Leste”, mostra como a preocupação com a constituição de um sistema literário, dentro dos limites das narrativas nacionais, exclui toda a malha de produção literária que não se enquadra nos termos da noção de sistema literário. A autora recorre ao termo rizoma para descrever essa produção dissidente, ocupando-se da produção de escritores da diáspora timorense, da época da invasão indonésia, cujas obras eram “todas vistas como flutuantes pelo argumento da inexistência do sistema literário”. Ela também descreve “linhas de contato, relações literárias que foram forjadas ao longo dos vinte e quatro anos de invasão indonésia”. E é pela análise de tais relações que a autora constata o comportamento rizomático de produções culturais sobre Timor-Leste. Gonzales apresenta redes de produção e de circulação entre Rui Cynatti, Sophia de Mello Breyner Andersen e João Aparício. Mas essas redes ganham consistência com a incorporação de escritoras pouco estudadas, como “Joana Ruas⁵, Teresa Amal⁶ e Fátima Guterres⁷, que forjam um exemplo consistente de que o sentimento de pertença a Timor-Leste as fizeram colaborar com a rede de produções por se triangularem sob uma racionalidade de resistência”. Mesmo não fazendo uso direto do conceito de objetificação, há no trabalho de Gonzales uma perspectiva de cultura material, na medida em que a noção de sistema se baseia em uma divisão “arborizante” do conhecimento, que divide

5 Escritora portuguesa da tetralogia sobre Timor-Leste “A pedra e a folha”.

6 Ativista feminista e pesquisadora do CES – Universidade de Coimbra, escritora angolana de obras sobre Timor-Leste, entre elas *Sete Mulheres de Timor*.

7 Foi da Rede Clandestina e escritora timorense de *Timor – Paraíso Violento*.

valorativamente a produção literária em obras de segunda ordem e obras já “firmadas” na produção mundial.

O trabalho de Calahan analisa de modo preciso como parte da história leste-timorense tem sido objetificada na literatura infantil não-ficcional. No artigo “Memória, apagamento e afecto: correntes ideológicas na literatura infantil não-ficcional” ([capítulo 6](#)), o autor explora o material literário produzido principalmente na Austrália e em Portugal e seu esmaecimento quantitativo ao longo do tempo. Calahan faz uma análise acurada e constata, entre outras coisas, que o reduzido número de títulos para crianças elege certos momentos da história leste-timorense para narrar e que tomam como potenciais leitores exclusivamente não-timorenses. A atravessar e estruturar as diferentes narrativas analisadas pelo autor está a imagem de vidas marcadas por conflitos e guerras. Timor-Leste e suas populações se objetivam e se objetificam nas narrativas por imagens de dor, violência, pobreza e injustiça.

O artigo “*Le Timor à feu et à sang (1941-1945)*”, de Borda d'Água ([capítulo 11](#)), tem um recorte histórico bastante preciso: o período da invasão de Timor-Leste durante a Segunda Guerra Mundial pelas forças Aliadas e do Eixo. O autor explica porque Portugal, autoridade tutelar de Timor-Leste, adotou um posicionamento neutro em relação ao conflito, enquanto as forças aliadas combatiam as forças do eixo no território. São então reveladas redes de interesses ligando várias nações, e evidencia-se, particularmente, a agência de Portugal sobre o conflito e sobre a significação da ilha de Timor perante o Ocidente. Borda d'Água oferece respostas à questão do interesse de grandes potências econômicas por Timor-Leste já nesse período. Assim, o autor lança luz sobre um conflito que, em seus termos, é às vezes reduzido à luta contra o Nazismo e à Guerra do Pacífico.

Objetificação e Ideologia linguística em Timor-Leste

Woolard (1998) caracteriza ideologias linguísticas como sistemas de crenças compartilhadas por membros de um grupo, projetados sobre uma língua. Isso pode fazer, por exemplo, com que pessoas acreditem que um idioma particular é “pobre em gramática” e, por isso, não pode ser usado para expressar ideias. Nesse sentido, trabalhos em ideologia linguística estudam normalização, revitalização linguística, língua e nacionalismo, diglossia, bilinguismo e outros tópicos, fenômenos que necessariamente implicam algum nível de objetificação.

O conceito de ideologia linguística tem sido desenvolvido e empregado nos estudos de cultura material há pelo menos três décadas, e tem facilitado muitas análises produtivas da linguagem em contextos culturais (Wortham, 2001). Segundo Keane (2007: 16), uma ideologia

linguística não se reflete sobre uma linguagem espontaneamente. Pessoas agem baseadas em suas premissas, e tentam mudar ou preservar certos modos de falar e criticar ou competir com outros falantes.⁸ Ideologias linguísticas são produtos políticos e agem politicamente.

A agência de ideologias linguísticas em Timor-Leste estrutura questões levantadas pelo artigo “A língua portuguesa e o caleidoscópio linguístico de Timor-Leste”, de autoria de Silveira ([capítulo 1](#)). O autor coloca em evidência o multilinguismo do cenário linguístico de Timor-Leste e mostra como os idiomas em uso disputam espaços de prestígio sob diversos aspectos. Segundo Silveira, apesar de membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, Timor-Leste “vive uma lusofonia aparente que afeta as dinâmicas linguísticas cotidianas”. Sugere-se que a lusofonia nutre todo um sistema de privilégios e exclusões sociais, e se coloca no centro de diversos discursos produzidos “para” e “pela” língua portuguesa no país. O autor analisa criticamente a lusofonia pretendida para Timor-Leste como parte de um projeto de construção do estado-nação. Silveira mostra também que, enquanto ideologia linguística, ela faz parte de políticas que não contemplam o multilinguismo e a diversidade cultural. Para tanto, o autor parte da análise de situações empíricas vivenciadas em rotinas de ensino de língua portuguesa.

Keane (2007: 17) enfatiza que, se a ideologia linguística e a língua mostram o cuidado que o falante tem em relação à linguagem, esse cuidado é baseado na capacidade do falante de considerar a língua como um objeto ao qual se liga a experiência humana. Assim, o ensino de língua que não considera a experiência individual e afetiva ligadas à língua podem incorrer em objetificação. É o que mostra o artigo “*Des influences de l’objectification de la langue portugaise sur la définition du profil des apprenants timorais à l’entrée de l’enseignement supérieur public*” ([capítulo 2](#)). Nesse trabalho, Soares e Amorim descrevem a objetificação no ensino de língua portuguesa como segunda língua nos cursos de licenciatura em língua portuguesa na UNTL. As autoras focam análises de certos métodos de ensino objetificadores, assim considerados por não colocarem o aluno no centro da aprendizagem, negando a dimensão afetiva da língua. As autoras propõem considerar os estudantes de língua portuguesa como atores sociais, mais do que repositórios objetificados de competências linguísticas.

Considerações finais

Em resumo, a objetificação é uma ação inerente aos seres humanos e concerne à relação entre pessoas, objetos e a produção e reprodução do mundo material e imaterial em que interagem. Dessa perspectiva, deve-se considerar também a objetificação de fenômenos intangíveis. Ao mesmo

8 Tradução nossa.

tempo, é importante considerar que a objetificação de certas experiências por meio de narrativas, obras de arte, conhecimento científico são, em parte, condição para que possamos pensar e agir sobre elas.

Os capítulos citados anteriormente demonstram o interesse em empreender aproximações interdisciplinares às dinâmicas das transformações culturais, como forma de compreensão dos processos de objetificação. Em certa medida, por meio de uma visão interna dos processos de objetificação, é possível ter uma percepção mais clara sobre o modo como esse fenômeno ocorre em diversas arenas e por diversas mediações.

É importante sublinhar a complementaridade entre as várias perspectivas que compõem o dossiê, inclusive na forma como se dirigem a questões relevantes no cenário leste-timorense. Alguns capítulos tratam de situações em que a objetificação aparece como modo de constituição recíproca, entre pessoas e coisas, sem grandes intervenções institucionais. Outros mostram como a objetificação é feita por meio de agentes objetificadores, atravessados por ideologias e por projetos de poder. Há ainda um subgrupo de textos que trata da atuação de ideologias linguísticas implicadas em processos de transferência de conhecimentos ou capacitação linguística.

Por fim, parece-nos interessante fechar esta introdução sugerindo que muitos processos de objetificação são seguidos por mecanismos de contraobjetificação ou desobjetificação pela inserção de artefatos e outras entidades em novas ou antigas cadeias relacionais. Se para as mercadorias sua objetificação é condição de existência – artefatos, serviços e trabalhos somente são passíveis de venda (alienação) na medida em que são dissociados de universos progressos nos quais eles tinham função e significado, à exceção de alguns nichos de comércio de arte e *fair trade* (Silva et al, 2019) – a apreensão de coisas e outras entidades como simples objetos, aos quais significados relacionados a subjetivação coletivas e individuais não existem, é fugaz.

Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, L., [2018]. *Escrita contra a cultura*. Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN, v. 5, n. 8, p. 193–226, 23.

BENVENISTE, E., [1995]. *O vocabulário das instituições indo-européias*. Campinas, SP: Editora Unicamp.

BHABHA, H., [1998]. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

FERREIRA, A., [2015]. *Transformações do tais e transformações pelo tais: Entre tecidos tradicionais, mulheres lesetimorenses e conversas com Ofélia*. Trabalho de conclusão de curso (graduação) Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia.

KEANE, W., [1997]. *Signs of Recognition: Powers and Hazards of Representation in an Indonesian Society*. Berkeley: University of California Press.

KEANE, W., [2007]. *Cristians moderns: Freedom and Fetish in the Mission Encounter*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press.

KEANE, W., [2008]. *Modes of objectification in educational experience*. *Linguistics and Education*, n. 19, p. 312–318.

KUPER, A., [2002]. *Cultura, a visão dos antropólogos*. Bauru, SP: EDUSC.

LATOUR, B., [2009]. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora 34.

LEITÃO, D. K.; PINHEIRO-MACHADO, R., [2010]. *Tratar as coisas como fatos sociais: metamorfoses nos estudos sobre cultura material*. *Mediações*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 231–247.

LYOTARD, J. F., [1979]. *La Condition postmoderne : rapport sur le savoir*. Paris.

MALINOWSKI, B., [2018]. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: nova edição da Ubu Editora. [1922].

MAUSS, M., [2003]. Ensaio sobre a dádiva. In: Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. SP, Cosac Naif. [1925].

MILLER, D., [1987]. *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Basil Blackwell.

SAID, E. W., [2011]. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.

SAUTCHUK, C. E. (org.), [2018]. *Técnica e transformação: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA Publicações.

SILVA, K., [2008]. *A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações*. *Mana*, v. 1, n. 14, p. 141–171.

SILVA, K., [2016]. *Administrando pessoas, recursos e rituais*. *Pedagogia econômica como tática de governo em Timor-Leste*. *Horizontes Antropológicos*, n. 45, p. 127–153, 29 fev.

SILVA, K. et al., [2019]. *Um comércio que é fato social total*. *Práticas de fair trade em Díli*. (texto não publicado).

SILVA, K.; FERREIRA, A., [2016]. *A objetificação da cultura para construção nacional em Timor-Leste*. *Perspectivas a partir de coleções de tais*. *Veritas - Revista Científica da Universidade Nacional Timor Lorosa'e*, v. 4, n. 3.

SILVA, K.; SOUSA, L., [2015]. *Art, agency and power effects in East Timor: provocations*. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 4, n. 4.

STRATHERN, M., [1984]. *Subject or object?* Women and the circulation of valuables in Highlands New Guinea in: R. Hirschon (ed.) *Women and Property, Women as property*. London: Croom Helm, pp. 159-75.

STRATHERN, M., [1992]. Qualified value: the perspective of gift exchange. In: Humphrey, C. & Hugh-Jones (ed) Barter. *Exchange and value: an anthropological approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

THOMAS, N., [1991]. *Entangled objects : exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. [s.l.], Harvard University Press.

TILLEY, C., [2006]. *Objectification*. In *The handbook of material culture*. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE Publications.

WAGNER, R., [1971]. *The Invention of Culture*. University Of Chicago Press.

WOOLARD, K., [1998]. *Introduction: Language ideology as a field of inquiry*. In: SCHIEFFELIN, B.; KROSKRITY, K.; P., W. & (Eds.). *Language ideologies*. New York: Oxford University.

WORTHAM, S., [2001]. *Language Ideology and Educational Research*. *Linguistics and Education*, v. 12, n. 3, p. 253–259, set.